

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.645.412 - MT (2020/0002268-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR : CRISTIANE SAMPAIO DIOGO E OUTRO(S) - MT023530
AGRAVADO : ALTAIR BARBOSA RODRIGUES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : MARIA DA PENHA RIOS
ADVOGADOS : PEDRO OVELAR - MT006270
LÍVIA COMAR DA SILVA E OUTRO(S) - MT007650B

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo ESTADO DE MATO GROSSO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - URV - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO - PRELIMINAR AFASTADA - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85 STJ - DIFERENÇA REMUNERATÓRIA - CONVERSÃO DE CRUZEIROS REAIS EM UNIDADE REAL DE VALOR - EXISTÊNCIA DE EFETIVA DEFASAGEM NA REMUNERAÇÃO - APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO A MAIOR OU EM DOBRO - SERVIDOR COM VÍNCULO EXCLUSIVAMENTE TEMPORÁRIO - INEXISTÊNCIA DE EFETIVA DEFASAGEM NA REMUNERAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADOS - RECURSO PROVIDO EM PARTE

Além de divergência jurisprudencial, alega violação do art. 189 do Código Civil e do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, no que concerne ao reconhecimento da prescrição quinquenal da pretensão relativa ao pleito de conversão em URV, uma vez que o termo inicial se deu há mais de cinco anos com a reestruturação remuneratória da carreira, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nesse contexto, importa ressaltar que, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), esposado no RE 561836/RN, as leis que promoveram a reestruturação remuneratória da carreira são o termo final para a percepção de qualquer parcela decorrente da errônea conversão da URV, por não haver direito ad aeternum de parcela de remuneração ao servidor público [...]. (fls. 303).

Ora, se o termo final para a percepção de qualquer vantagem decorrente da conversão da URV é a reestruturação remuneratória da carreira, a ocorrência da reestruturação financeira fulmina a pretensão autoral, nos cinco anos subsequentes à reestruturação.

Isto porque, o direito foi violado definitivamente (nas palavras do STF, o término da incorporação), com a reestruturação remuneratória da carreira, nascendo, a partir de então, a pretensão que se extingue com o prazo prescricional quinquenal para postular quaisquer dívidas à Fazenda Pública (Art. 189 do Código Civil de 2002 e Art. 1º do Decreto nº 20.190/1932). (fls. 305).

É o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ademais, verifica-se que os dispositivos legais sob os quais teria havido o dissídio jurisprudencial não foram examinados pela Corte de origem sob o viés trazido pelo recorrente na petição do recurso especial, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim.

Dessa forma, reconhecida a ausência de prequestionamento da norma objeto da divergência jurisprudencial, inviável a demonstração do referido dissenso em razão da inexistência de identidade entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.
OMISSÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. FALTA DE
PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO DO RECURSO PELA
ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL.

Superior Tribunal de Justiça

1. O cabimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requer o prequestionamento do dispositivo de lei federal cuja interpretação se alega divergente por outro Tribunal.

2. Uma vez reconhecida a ausência de prequestionamento do dispositivo de lei federal apontado como ofendido pela parte recorrente, é desnecessário o exame do cabimento do recurso especial quanto à alínea "c" do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, em relação ao mesmo dispositivo.

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp n. 1274569/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente